CAIO GUIMARÃES FERNANDES

A AUTONOMIA DOS DANOS ESTÉTICOS

Dissertação de Mestrado

Orientador: Professor Dr. Rui Geraldo Camargo Viana

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo-SP

2020

CAIO GUIMARÃES FERNANDES

A AUTONOMIA DOS DANOS ESTÉTICOS

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Direito, na área de concentração Direito Civil, sob a orientação do Prof. Dr. Prof. Doutor Rui Geraldo Camargo Viana.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo-SP

2020

Catálogo da Publicação

Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Fernandes, Caio Guimarães

A autonomia dos danos estéticos ; Caio Guimarães
Fernandes ; orientador Rui Geraldo Camargo Viana --
São Paulo, 2020.

114

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em
Direito Civil) - Faculdade de Direito, Universidade
de São Paulo, 2020.

1. Dano estético. 2. Responsabilidade civil. 3.
Direito Civil. I. Viana, Rui Geraldo Camargo, orient.
II. Título.

Banca examinadora:

Aos meus pais, que sempre me apoiaram em minhas decisões, cujo amor incondicional que sempre foi dedicado a mim e minha criação moldaram meu caráter, me ensinando os valores da vida e o que ela representa. Obrigado.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Professor Dr. Rui Geraldo Camargo Viana pela oportunidade de ser seu orientando, depositando sua confiança em meu trabalho.

Agradeço a todos os professores que passaram por minha vida e me influenciaram de forma positiva para que este estudo fosse idealizado e concluído.

RESUMO

GUIMARÃES, CAIO. *A autonomia dos danos estéticos*. p.115. Mestrado em Direito – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2020

Este trabalho tem como objetivo apresentar um estudo sobre o dano estético, delimitando sua autonomia frente ao dano moral e material, por meio da apresentação de seu conceito e de suas características inerentes. Embora a doutrina tenha evoluído sobremaneira na questão da responsabilidade civil, especificamente no tocante aos danos estéticos, e que a jurisprudência pátria já reconheça, majoritariamente, sua existência e a necessidade de reparação, inclusive tendo sido matéria de súmula editada pelo Superior Tribunal de Justiça, ainda há focos de discordância entre os juristas, tanto no que tange o entendimento de tratar-se de mera subdivisão dos danos morais, como na verificação dos requisitos ensejadores e do cálculo do valor indenizatório para tais lesões. Nessa senda, será apresentado um paralelo entre os dois posicionamentos existentes, o primeiro negando a existência deste como sendo um dano autônomo e, portanto, descabida a sua reparação autônoma; e o segundo corroborando sua existência. A análise do tema será desenvolvida a partir da conceituação do que é dano, quando é configurada a sua existência e em que situações há a obrigatoriedade jurídica de sua reparação, para depois dividi-los e verificar as peculiaridades do dano estético. Para perceber e estabelecer as diferenças entre os danos estéticos, morais e materiais, será estudada a natureza jurídica do dano em questão, seu amparo legal, iniciando pela análise das garantias que asseguram sua proteção em âmbito constitucional, para, em seguida, verificar a proteção e possíveis aplicações destes nas normas infraconstitucionais. Será enfrentada a problemática do cálculo da extensão dos danos estéticos e a sua quantificação adequada para chegar ao arbitramento do montante apropriado para sua justa reparação. Isto feito, serão apresentadas hipóteses de seu acontecimento em situações fáticas não usuais, como danos provenientes de disposição voluntária do corpo, advindas de Transtorno da Identidade da Integridade Corporal, pesquisas clínicas e gestação por substituição.

Palavras-chave: Responsabilidade civil, dano extrapatrimonial, dano estético, reparação integral de danos, dignidade da pessoa humana.

ABSTRACT

GUIMARÃES, CAIO. *The autonomy of aesthetic damages*. p.115. Master in Law – Faculty of Law, University of São Paulo, São Paulo. 2020.

This paper has the capacity to present a study about aesthetic damage, delimiting its autonomy regarding moral and material damage, this will be done through presentation of its concept and inherent characteristics. Although the doctrine has evolved deeply in relation to civil responsibility, specifically in regard to aesthetic damages, and that common law already recognizes, predominantly, its existence and the need for reparation, which was also the subject of an abstract edited by the Superior Justice Court, there are areas of disagreement among legal experts, both in the matter of the understanding of the subject being a subdivision of moral damages, as well as the validation of the resulting requirements and the calculation of the indemnization amounts for such injuries. In this path, a parallel between both existing positions will be presented, the first denying its existence as an autonomous damage and, therefore, deeming inappropriate its autonomous reparation, and the second understanding its existence. The analysis of the subject will be developed from the conceptualization of what is damage, when its existence is configured, and in what situations there is the legal obligation of reparation, to subsequently divide them and validate the peculiarities of the aesthetic damage. To acknowledge and establish the differences between aesthetic, moral, and material damages, the legal nature of the damage at hand will be studied, its legal basis, starting with the analysis of guarantees that ensure the protection in a constitutional scope, in order to subsequently validate the protection and possible applications of them in the infra-constitutional rules. The problematic of the calculation of the extension of aesthetic damages and its adequate quantification to reach the ruling of the appropriate amount for fair reparation will be faced. Once this is done, the hypothesis of the events in non-usual factual situations will be presented, such as resulting damages from voluntary disposition of the body resulting from body integrity dysphoria, clinical research, surrogacy.

Keywords: Civil liability, Extra-patrimonial damages, aesthetic damage, Full damage reparation, human person dignity.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I - O dano	14
1. Conceituação de dano	14
CAPÍTULO II - O dano estético.....	23
1. O dano estético como espécie de dano moral.	28
1.1. Fundamentação legal dos danos estéticos como sendo danos morais	35
1.2. Requisitos para a configuração dos danos estéticos e explicação para a possibilidade de sua cumulação.....	37
2. Danos estéticos como danos autônomos	41
2.1. Fundamentação legal para os danos estéticos como danos autônomos.....	50
2.2. Requisitos e explicação para a possibilidade da cumulação destes danos ...	53
CAPÍTULO III - O quantum indenizatório em relação aos danos estéticos.....	61
CAPÍTULO IV - Hipóteses de acontecimentos dos danos estéticos.....	72
1. A autolesão	72
2. Danos estéticos advindos da disposição voluntária do corpo em vida, como transgenitalização e decorrentes de transtorno da identidade da integridade corporal.....	74
4	
3. Danos estéticos decorrentes de lesões corporais <i>post mortem</i>	77
4. Danos estéticos advindos da disposição do corpo para estudos clínicos	78
5. Danos estéticos advindos da gestação por substituição	92
CAPÍTULO V - dano estético em legislações estrangeiras.....	99
1. Argentina.....	99
2. Espanha.....	101
3. Itália	102
4. Portugal.....	103

CONCLUSÃO	105
------------------------	------------

REFERÊNCIAS	110
--------------------------	------------

INTRODUÇÃO

Cabe ao Direito, em sua função precípua, regular a vida em sociedade e proteger o ser humano de sofrer abusos e lesões das mais diversas naturezas. Para tanto, este deve acompanhar a evolução da sociedade ao qual está inserido, possibilitando apresentar soluções mais eficientes diante das novas necessidades sociais demandadas pelas inovações da realidade que se apresentam.

Um Direito estático acaba por gerar mais problemas à vida do homem do que benefícios, porém é razoável afirmar que não se pode agir de forma a desgastar as noções jurídicas de forma vã, de maneira a ir além do que estabelece o próprio limite da defesa de direitos, buscando reparações por supostas violações irrelevantes. Há, sim, que se fazer a ponderação de se o suposto direito violado é considerado um bem jurídico digno de ser tutelado.

Percebe-se que a erosão dos filtros tradicionais da responsabilidade civil¹, isto é, a perda relativa da importância da análise da culpa e da flexibilização do nexo de causalidade como impeditivos ao ressarcimento dos mais variados danos sofridos, resultou no acolhimento de um maior número de pretensões indenizatórias, alargando, até mesmo, as hipóteses de danos ressarcíveis, gerando uma celeuma entre os juristas pátrios. É diante desta perspectiva que este trabalho se apresenta, analisando a necessidade de se indenizar os danos estéticos de forma autônoma.

O Superior Tribunal de Justiça, no mês de setembro do ano de 2009, editou a Súmula 387, expressando que é lícita a cumulação das indenizações por danos estéticos e por danos morais. Todavia, apesar de se passar pouco mais de uma década desse feito, a temática dos danos estéticos ainda encontra forte resistência para a compreensão e a defesa de sua autonomia.

Como será devidamente demonstrado, este fato ocorre por diversos fatores, entre eles, a existência de uma corrente de juristas que defende que tais danos possuem natureza jurídica de dano moral e catalogam requisitos, exclusivamente, de cunho moral para a configuração do dever de indenizar pelos danos estéticos,

¹ A respeito da erosão dos filtros da responsabilidade para que surja o dever de indenizar, uma importante lição encontra-se no livro de Anderson Schreiber, intitulado “Novos paradigmas da responsabilidade civil”, em que se pondera o papel atual da culpa e a flexibilização do nexo de causalidade em relação aos casos envolvendo o instituto da responsabilidade civil.

criando, dessa forma, um grande desarranjo para quem deseja estudar esta modalidade de dano, bem como na aplicação de seus conceitos para a prolatação de decisões indenizatórias pelos tribunais brasileiros, pois deve-se considerar qual seria a justificativa apropriada para se cumular a indenização advinda de duas modalidades de danos supostamente diversos que compartilhariam a mesma natureza jurídica, sem gerar um verdadeiro *bis in idem*.

Este trabalho apresentará e analisará as duas correntes que visam explicar o dano estético, a primeira como visto, que o considera como uma espécie de dano moral e que subdivide-se internamente na defesa da possibilidade ou não, a contrário senso do que expressa o Superior Tribunal de Justiça, de se cumular as duas modalidades de danos em um pleito indenizatório; e a segunda que defende o dano estético como detentor de uma natureza jurídica diversa, devendo ser considerado como um dano autônomo.

Para verificar se o dano estético é merecedor de uma tutela autônoma, serão investigados e compreendidos os direitos que este visa resguardar com sua reparação, bem como serão realizadas críticas aos requisitos apontados por ambas as correntes para que surja sua configuração. E isso porque, como será demonstrado, boa parte da doutrina e das decisões que defendem a autonomia desses danos acabam por confundir sua natureza e estabelecem requisitos que atingem o psicológico do homem para caracterizá-lo e realizar o cálculo de seu arbitramento.

Se, em relação aos conceitos dos danos estéticos e aos requisitos a serem verificados para que haja a sua configuração e o dever de repará-los, inúmeros problemas são encontrados, em relação ao cálculo do valor para seu arbitramento, seria impossível encontrar uma situação diferente.

Como será evidenciado no transcorrer deste trabalho, os tribunais utilizam critérios subjetivos e incongruentes com a natureza do dano para arbitrar a verba indenizatória e distingui-la do montante dos danos morais e, isto, quando o fazem, pois em inúmeras decisões, é arbitrado um valor genérico que englobaria as duas modalidades de danos, deixando as partes sem o devido conhecimento sobre a proporcionalidade dos danos, bem como as justificativas para o arbitramento em tal patamar.

Após delimitados tais conceitos, requisitos e forma de cálculo indenizatório, acompanhando a evolução das problemáticas que envolvem os indivíduos na

sociedade contemporânea, serão apresentadas hipóteses modernas e pouco encontradas na doutrina brasileira que abordam a temática dos danos estéticos, como violações provenientes da pesquisa clínica em seres humanos e na gestação por substituição, pois, como foi expresso, o avanço da ciência não pode ficar à margem do Direito.

Por fim, serão apresentados os posicionamentos de alguns países a respeito da temática dos danos estéticos, sem qualquer pretensão de se realizar um estudo de direito comparado, apontando características semelhantes e divergentes em relação às duas correntes de pensamento expostas neste trabalho.

CONCLUSÃO

Este trabalho teve como objetivo investigar a autonomia dos danos estéticos, buscando compreender suas características específicas para melhor poder delimitá-los, e, por consequência, possibilitar uma aplicação eficiente de seus conceitos em casos concretos.

No primeiro capítulo, o objetivo foi estruturar uma base teórica, a partir do conceito de dano, para possibilitar iniciar a separação integral dos danos estéticos dos danos morais, especificamente, na determinação do que deve ser entendido como sendo dano extrapatrimonial.

Em consonância com o espírito do trabalho acolheu-se a conclusão de que se deve conceituar o dano extrapatrimonial como sendo todo aquele que não se enquadre em uma ofensa a um bem jurídico apreciável monetariamente, pois este posicionamento, pautando-se no ensinamento, dentre outros juristas, de Pietro Perlingieri, que expressou que a transformação da realidade social, seja qual o aspecto analisado significa a transformação da realidade normativa e vice e versa,¹⁸⁴ parece ser o mais adequado ao se pensar que o Direito, em sua essência, é a regulação da vida do homem em sociedade, devendo aquele servir a este e não o inverso.

Dessa maneira, o capítulo primeiro rechaça a hipótese de que todo dano extrapatrimonial é, obrigatoriamente, um dano moral, possibilitando, assim, vislumbrar o dano estético como autônomo.

No capítulo segundo, iniciou-se a discussão específica sobre os danos estéticos, sendo abordado primeiro o posicionamento daqueles que consideram o dano estético como sendo uma espécie de dano moral, apresentando a fundamentação legal e os requisitos para sua configuração, bem como qual seria a linha de raciocínio desenvolvida por estes juristas para que tal posicionamento estivesse em consonância com a Súmula 387 do Superior Tribunal de Justiça e pudesse defender a licitude da cumulação da pretensão indenizatória dos danos morais e estéticos.

¹⁸⁴ PERLINGIERI, Pietro. *Perfis do direito civil* / Pietro Perlingieri; tradução de Maria Cristina De Cicco. 3. ed., rev. e amp. - Rio de Janeiro: Renovar, 2002. Pag. 1 e 2.

Observou-se que, para esta corrente de pensamento, os danos estéticos seriam danos morais por se consubstanciarem em uma ofensa a um direito da personalidade, a saber, o direito à integridade física pessoal, sob a ótica da imagem externa da pessoa, ou seja, a reparação derivaria do dever de tutela da beleza física de alguém, cujos requisitos para sua configuração seriam a necessidade da externalidade da transformação do corpo causada pelo dano, que esta modificação seja duradoura ou permanente e que esta cause o afeamento da vítima, o que, por consequência lógica, resultariam em humilhações e desgostos advindas da exposição da deformidade.

Para fundamentar a possibilidade da cumulação destas duas modalidades de dano, chegou-se à conclusão de que a lógica utilizada pela jurista Teresa Ancona Lopez, parecida com o que é defendido no Direito espanhol, é a que melhor poderia justificar, ainda que este trabalho aponte posicionamento diverso, o afastamento do *bis in idem* em sua cumulação, pois expressa que o dano deformante à integridade física não é igual a qualquer outro tipo de dano moral, sendo o mais grave de suas formas, gerando tanto sofrimento pela transformação física, quanto o dano moral à imagem social, que seria, então, o dano estético.

No item dois do capítulo segundo, foi exposta como é pensado a hipótese da autonomia dos danos estéticos, relevando que estes se fundam na proteção à integridade física visando preservar o bem jurídico da saúde do cidadão. Assim, é clara a distinção entre a primeira corrente se ocupa com a preservação da imagem externa e a segunda com a saúde.

Foram expostas as fundamentações legais para os danos estéticos como sendo autônomos, bem como os requisitos para sua configuração e a motivação para explicar a possibilidade da cumulação.

Investigados estes fatos, percebeu-se que muitos autores, que buscam explicar a autonomia dos danos estéticos, utilizam elementos típicos dos danos morais para justificar estes danos, expondo requisitos incongruentes com a proteção à integridade física com visando tutelar a saúde, como por exemplo, a externalidade e o afeamento.

Não somente, foi verificado que, para ambas as correntes, existe a necessidade da permanência do dano, ou que este seja duradouro, para a sua configuração, o que nos dois casos constatou-se estarem equivocados.

No primeiro, ao adotar que o dano estético é puramente moral, ilógico seria pensar que vivenciar uma situação ultrajante, seja pelo mínimo de tempo que for, advinda da exposição vexatória de seu corpo deformado, cuja deformidade lhe foi injustamente causada, só seria passível de reparação se a humilhação fosse perpétua, indo além, se o dano estético for considerado exclusivamente moral, não há que se falar na possibilidade da correção deste dano, pois o reflexo moral, a angústia, ocorre de forma direta, não havendo válvula de escape corretora capaz de ilidir os danos psicológicos sofridos com as experiências danosas, obrigatoriamente, a pessoa vivenciou sentimentos que ensejariam a reparação por danos estéticos de cunho moral.

Em relação à segunda corrente, conceito que também se aplica a primeira, estas esboçam um conceito de permanência que vai contra os dispositivos normativos do ordenamento jurídico brasileiro, já que se expõe a ideia de que se for possível reparar o dano com intervenções no corpo, como por exemplo, cirurgias reparadoras, o dano não poderia ser considerado permanente, o que se sobreporia a autonomia corporal do indivíduo, levando a conclusão de que caso a pessoa venha sofrer um grave dano, mas não quiser se submeter, por quaisquer motivos íntimos, a uma cirurgia ou tratamento, não teria o direito de ter seu dano reparado, o que seria inconcebível.

O trabalho conclui pela exigência do requisito da permanência do dano para que haja a configuração do dano estético e conseqüentemente o dever de reparar, mas com uma conceituação diversa da até então apresentada pela doutrina, pois uma vez que há a autonomia da vontade sobre o próprio corpo vedando o caráter compulsório do tratamento ou intervenção, apenas parece adequado justificar tal permanência do dano estético pelo entendimento o qual o corpo, sem que ocorra nenhuma intervenção externa de terceiros ou mesmo do próprio indivíduo prejudicado, seja através da aplicação de cremes ou realização de tratamentos, possa voltar ao que era antes de forma autônoma, se restaurar naturalmente.

Como conclusão, tem-se que o dano estético ocorre independentemente de sua externalidade, afeamento ou localização, devendo ser constatado apenas dois requisitos para sua configuração, a alteração do corpo pós evento danoso e a permanência desta alteração.

No capítulo terceiro, foi debatida a questão do *quantum* indenizatório, oportunidade em que se verificou que tanto a doutrina, quando a jurisprudência tem

um posicionamento de verificar elementos morais para o cálculo do arbitramento dos danos estéticos como, por exemplo, a localização do dano, o chamado fator social, o que no presente trabalho foi devidamente afastado, pois para a apreciação do dano estético é indiferente o reflexo moral da exposição do defeito, já que este deve ser inserido no computo dos danos morais.

Defendeu-se, também, a impossibilidade da configuração do enriquecimento ilícito por parte do ofendido, devendo somente ser observado para o cálculo do montante indenizatório o grau de culpa entre os envolvidos, a extensão da lesão, verificando seus reflexos no próprio desenvolvimento do corpo e na sua funcionabilidade, bem como a capacidade econômica do ofensor, pois caso contrário poderia a parte do corpo do abastado ter um valor maior que a de um ser humano pobre, o que violaria, em sua máxima expressão, a tutela da dignidade humana.

No capítulo quarto, foram aplicados os conceitos desenvolvidos nos capítulos anteriores para que se possibilita-se verificar a incidência ou não dos danos estéticos aos casos de autolesão, de disposição voluntária do corpo em vida, de lesões corporais após a morte, de disposição do corpo para estudos clínicos e de gestação por substituição, conferindo a didática necessária para compreender de forma integral, o que é, quais são os requisitos e como se verifica a existência ou não dos danos estéticos em casos concretos.

Por fim, foi trazido o posicionamento de ordenamento jurídico argentino, espanhol, italiano e português sobre a temática dos danos estéticos, oportunidade em que, sem realizar um estudo de direito comparado, verificou-se as semelhanças e divergências com as correntes de pensamentos existentes na doutrina brasileira.

Diante de todo o estudo, conclui-se pela autonomia dos danos estéticos, uma vez que esta modalidade de dano decorre da lesão à integridade física visando tutelar o direito à saúde conferido a todo cidadão, bem como que esta espécie de dano deve ser auferida de maneira objetiva, pois deriva da análise da transformação do corpo pré e pós evento danoso, devendo tal transformação ser permanente, no sentido da impossibilidade do corpo se restaurar sozinho, sem que haja a intervenção de terceiros ou do próprio lesado.

Por fim, para chegar ao arbitramento do *quantum* indenizatório devido a título de reparação pelos danos estéticos deve-se analisar, o grau de culpa entre os envolvidos, a extensão da lesão à integridade física perpetrada, a diferenciação do

conjunto harmonioso do corpo pré e pós-evento danoso, jamais atribuindo valores indenizatórios pelos reflexos psicológicos causados pela alteração corporal, que devem ser reparados por danos morais, ou da prejudicialidade que este dano causou para a capacidade laborativa do indivíduo já que estes danos deverão ser reparados pelos danos materiais, e o poder econômico do ofensor.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA EUROPEIA PARA AVALIAÇÃO DE PRODUTOS MEDICINAIS. *Manual para a boa prática clínica*. Disponível em: <www.ufrgs.br/bioetica/gcpport.htm>. Acesso em: 15.12.2019.

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA – ANVISA, *Resolução da Diretoria Colegiada - RDC Nº 9, De 20 De Fevereiro De 2015*. Disponível em: <http://portal.anvisa.gov.br/documents/10181/3503972/RDC_09_2015_COMP.pdf/e26e9a44-9cf4-4b30-95bc-feb39e1bacc6>. Acesso em: 23/12/2019.

ALPA, Guido, *Responsabilità civile e danno*. Bologna: Il Mulino, 1991.

_____. *Trattato di diritto civile, la responsabità civile*. v. 4. Milano: Giuffrè, 1999.

ALVIM, Agostinho. *Da inexecução das obrigações e suas consequências*. São Paulo: Saraiva, 1980.

ANDORNO, Roberto. *La distinction juridique entre les personnes et les choses: à l'épreuve des procréations artificielles*. Paris, LGDJ, 1996.

BITTAR, Carlos Alberto, *Os direitos da personalidade*. 8., rev., aum. e mod. por Eduardo C. B. Bittar. – São Paulo : Saraiva, 2015.

BOLIVAR, Analluza Bravo *O Contrato de Pesquisa Clínica - Estratégias Para A Negociação De Um Contrato Atípico*, Revista dos Tribunais | vol. 958/2015 | p. 45 - 61 | Ago / 2015 | DTR\2015\10815.

BRAGA NETTO, Felipe. *Novo tratado de responsabilidade civil*. 2 ed. – São Paulo : Saraiva 2017.

BUNDESMINISTERIUMS DER JUSTIZ UND FÜR VERBRAUCHERSCHUTZ SOWIE DES BUNDESAMTS FÜR JUSTIZ, *Arzneimittelgesetz – AMG*. Disponível em: <https://www.gesetze-im-internet.de/amg_1976/AMG.pdf> acesso em 20/12/2019.

_____. *Gesetz über Medizinprodukte (Medizinproduktegesetz - MPG)*. Disponível em: <<https://www.gesetze-im-internet.de/mpg/MPG.pdf>>. Acesso em 20/12/2019.

_____. *Gesetz zum Schutz von Embryonen (Embryonenschutzgesetz - ESchG)*. Disponível em: <<https://www.gesetze-im-internet.de/eschg/BJNR027460990.html>>. Acesso em 20/12/2019.

BUNDESMINISTERIUMS DER JUSTIZ UND FÜR VERBRAUCHERSCHUTZ SOWIE DES BUNDESAMTS FÜR JUSTIZ, *Arzneimittelgesetz – AMG. Gentechnikgesetz – GenTG*. Disponível em: <<https://www.gesetze-im-internet.de/gentg/BJNR110800990.html>>. Acesso em 20/12/2019.

BUSTAMANTE ALSINA, Jorge. *Teoría general de la responsabilidad civil*. 9. ed. Buenos Aires: Abelardo-Perrot, 1997.

CAHALI, Yussef Said. *Dano e Indenização*. São Paulo: Ed RT, 1980.

CAPPELARI, Récio Eduardo. *Os novos danos à pessoa: na perspectiva da repersonalização do direito*. Rio de Janeiro: GZ Ed. 2010.

CARVALHO SANTOS, J. M., *Código Civil Brasileiro Interpretado*, 8ª ed., Editora Freitas Bastos, 1964, vol. XIV.

CASTRONOVO, Carlo. *La nuova responsabilità civile*. 2ª ed. Milano: Giuffrè, 1997.

CAVALIERI FILHO, Sergio. *Programa de Responsabilidade Civil*. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2012, n. 17.

CEDARO, J. J., & Nascimento, J. P. G. (2013). Dor e gozo: Relatos de mulheres jovens sobre automutilações. *Psicologia USP*, 24(2), 203-223. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-65642013000200002>>. Acesso em 15/12/2019.

CHAVES, Antônio. Direitos da personalidade direitos à vida, ao próprio corpo e às partes do mesmo (transplantes). *Doutrinas Essenciais de Direito Civil* | vol. 3 | p. 89- 111 | Out / 2010 | DTR\2012\1384.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. *Resolução número 1.955/2010*. Disponível em: <<https://sistemas.cfm.org.br/normas/visualizar/resolucoes/BR/2010/1955>>. Acesso em 30/12/2019`

_____. *RESOLUÇÃO CFM nº 2.168/2017*. Disponível em: <https://sistemas.cfm.org.br/normas/visualizar/resolucoes/BR/2017/2168#search=%22gesta%C3%A7%C3%A3o%20por%20substitui%C3%A7%C3%A3o%22>. Acesso em: 26/12/2019.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. *Resolução Nº 466, de 12 de Dezembro de 2012*. Disponível em [<https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>]. Acesso em 19/12/2019.

_____. *RESOLUÇÃO Nº 510, DE 07 DE ABRIL DE 2016.*
Disponível em <<http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>>.
Acesso em 19/12/2019.

CRESPO, Mariano Medina. *El resarcimiento del perjuicio estético. Consideraciones doctrinales y legales, a la luz del sistema de la ley 30/1995.*
Disponível em: [<http://civil.udg.edu/cordoba/pon/medina.htm>]. Acesso em 03/01/2020.

DA SILVA FILHO, ARTUR MARQUES, *A RESPONSABILIDADE CIVIL E O DANO ESTÉTICO*, RT 689, P. 38-49, MAR./1993.

DE CUPIS, Adriano. *Os direitos da personalidade*. Trad. de Afonso Celso Furtado Rezende. Campinas: Romana, 2004.

DE PLÁCIDO E SILVA. Vocabulário Jurídico. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1982, v. 2.

DIAS, José de Aguiar. *Da responsabilidade Civil*, 7. ed. Rio de Janeiro: Ed Forense, 1983.

DICCIONARIO SOCIAL | ENCICLOPEDIA JURÍDICA ONLINE - DICCIONARIO JURÍDICO Y DE CIENCIAS SOCIALES EN LÍNEA. PALABRAS Y TÉRMINOS LEGALES Y DE LAS CIENCIAS SOCIALES: DE MEXICO, ESPAÑA, ARGENTINA, COLOMBIA, PERÚ, VENEZUELA, ECUADOR, CHILE Y DE OTRAS JURISDICCIONES. *Tertium Genus*. Disponível em: [<https://diccionario.leyderecho.org/tertium-genus/>]. Acesso em 03/01/2020.

ENTRALGO, Jesus Fernandez, *La problemática del perjuicio estético: especial referència a su valoracion*. Revista de la Asociación Española de Abogados Especializados em Responsabilidad Civil y Seguro. Asociación Española de Abogados Especializados em Responsabilidad Civil y Seguro. n. 34. Segundo Trimestre. Año 2010. Disponível em: <<http://www.asociacionabogadosrcs.org/revistas/rc%20abogados%2034.pdf>>. Acesso em: 04/01/2019.

EVERIPEDIA, Everyone's Encyclopedia. *Richard Hernandez (Tiamat The Dragon Lady)*. Disponível em: <https://everipedia.org/wiki/lang_en/richard-hernandez-tiamat-the-dragon-lady>. Acesso em: 30/12/2019.

FACHIN, Luiz Edson. *Estatuto jurídico do patrimônio mínimo*, Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

FETALMED.NET. *Placenta Acreta*. Disponível em: [<https://www.fetalmed.net/placenta-acreta/>]. Acesso em: 27/12/2019.

GIUSTI, J. S. (2013). *Automutilação: Características clínicas e comparação com pacientes com transtorno obsessivo-compulsivo* (tese). Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil. p.5. Disponível em: <<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/5/5142/tde-03102013-113540/publico/JackelineSuzieGiusti.pdf>>. Acesso em 15/12/2019.

GUINNESS WORLD RECORD. *Most body modification (male)*. Disponível em: <<https://www.guinnessworldrecords.com.br/world-records/210946-most-body-modifications-male>>. Acesso em: 30/12/2019.

GUINNESS WORLD RECORD. *Most body modification (female)*. Disponível em: <[https://www.guinnessworldrecords.com.br/world-records/most-body-modifications-\(female\)](https://www.guinnessworldrecords.com.br/world-records/most-body-modifications-(female))>. Acesso em: 30/12/2019.

KANT, Immanuel. *Fundamentação da Metafísica dos Costume*. Lisboa. Edições 70.

LEMEGA, Miguel G. *El daño estético en la legislación, doctrina y jurisprudencia*, LL-Arg., 1977-D.

LOPEZ, Teresa Ancona. *Responsabilidade civil na sociedade de risco*. In: Sociedade de Risco e Direito Privado. Atlas São Paulo 2013.

MADALENO, Rolf, *Direito de Família – 7.º ed. rev., atual. e ampl.* – Rio de Janeiro: Forense, 2017.

MALUF, Carlos Alberto Dabus. *Curso de Direito de Família*/ Carlos Alberto Dabus Maluf, Adriana Caldas do Rego Freitas Dabus Maluf, 2. ed. rev. e atual. – São Paulo : Saraiva.

MARTINS-COSTA, Judith. *Os danos à pessoa no direito brasileiro e a natureza de sua reparação*. Doutrinas Essenciais de Dano Moral | vol. 1/2015 | p. 867| Jul / 2015 | DTR\2001\588.

MATOS, Enéas de Oliveira. *Dano moral e dano estético*. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

MONTEIRO, António Pinto. *Sobre a reparação dos danos morais*. Revista Portuguesa do Dano Corporal 1/19. OLIVEIRA, Sebastião Geraldo de. *Indenizações por Acidente do Trabalho ou Doença Ocupacional*, 6ª ed., LTR, 2011, São Paulo.

PEREIRA. André Gonçalo Dias. O Dever de Esclarecimento e Responsabilidade Médica in: Revista dos Tribunais | vol. 839/2005 | p. 69 - 109 | Set / 2005 | DTR\2005\584.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. *Responsabilidade civil*. 11. ed. rev. e atual. por Gustavo Tependino. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

PEREIRA, Fabio Queiroz, *Danos estéticos: uma análise à luz da função social da responsabilidade civil e da dignidade humana*, RDPriv. 50/205, abril 2012.

PEREIRA, Paula Moura Francesconi de Lemos. *Responsabilidade Civil nos ensaios clínicos*. Indaituba, SP : Editora Foco, 2019.

PERLINGIERI, Pietro. *Perfis do direito civil* / Pietro Perlingieri; tradução de Maria Cristina De Cicco. 3. ed., rev. e amp. - Rio de Janeiro: Renovar, 2002.

PONTES DE MIRANDA. *Tratado de Direito Privado*. São Paulo: Ed. RT, 2012, Tomo LIV, p.309, atualizado por Rui Stoco.

REVISTA TRIMESTRAL DE JURISPRUDÊNCIA, v. 39 p. 38-44. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/publicacaoRTJ/anexo/039_1.pdf>. Acesso em: 10/03/2018.

SANTOS, Antônio Jeová, *Dano moral indenizável*, 6. ed. rev. atual. e amp. – Salvador: Ed. JusPodivm, 2016.

SARLET, Ingo Wolfgang, *Comentários à Constituição do Brasil*, / J. J. Gomes Canotilho... [et al.]; outros autores e coordenadores Ingo Wolfgang Sarlet, Lenio Luiz Streck, Gilmar Ferreira Mendes. – 2. ed. – São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

SCHREIBER, Anderson. *Novos paradigmas da responsabilidade civil: da erosão dos filtros da reparação à dissolução dos danos*, 6. ed – São Paulo: Atlas, 2015.

_____. *Direitos da personalidade*, 3. ed.- São Paulo: Atlas, 2014.

SILVA, Wilson Melo da O dano estético. Revista Forense. Rio de Janeiro, v. 194 1961.

SOARES, Flaviana Rampazzo, *Responsabilidade civil: novas tendências* / Nelson Rosendal [et al.]; organizado por Nelson Rosendal, Marcelo Milagres. – 2. Ed. – Indaituba, SP : Editora FOCO, 2018.

SOUZA, Ariani I.; B. FILHO, Malaquias; FERREIRA, Luiz O. C. *Alterações hematológicas e gravidez*. Rev. Bras. Hematol. Hemoter., São José do Rio Preto, v. 24, n. 1, p. 29-36, Mar. 2002. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-84842002000100006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 26/12/ 2019.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. *Súmula 387*. Disponível em [https://ww2.stj.jus.br/docs_internet/revista/eletronica/stj-revista-sumulas-2013_35_capSumula387.pdf]. Acesso em: 10/07/2018.

TEPEDINO, Gustavo. “Crise de fontes normativas e técnica legislativa na Parte Geral do Código Civil de 2002”. In: TEPEDINO, Gustavo (coord.). *A parte geral do novo Código Civil. Estudos na perspectiva civil-constitucional*, 2007, p. XXIII e XXV

TOMASEVICIUS FILHO, E. O Código Civil brasileiro na disciplina da pesquisa com seres humanos. *Revista de Direito Sanitário*, v. 16, n. 2, p. 116-146, 30 out. 2015.

WORLD MEDICAL ASSOCIATION, *Declaração de Helsinque da Associação Médica Mundial (WMA)*. Disponível em: <https://www.wma.net/wp-content/uploads/2016/11/491535001395167888_DoHBrazilianPortugueseVersion Rev.pdf.>. Acesso em: 30/12/2019.

ZANONNI, Eduardo A. *El daño em la responsabilidade civil*. 2. ed. Buenos Aires: Astrea, 1993.

ZAVALA de GONZÁLEZ, Matilde-M.- *Integridad sicofísica*, en *Resarcimiento de daños* (vide), T.2, *Daños a las personas*, Vol. 2a, 1ª ed., 1990; Hammurabi, Buenos Aires.